

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.149 - RS (2019/0273977-8)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RS080025A
AGRAVADO : VILMAR CASSOL
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO SALOMÃO - RS015732
FELIPE RADISKE - RS094561

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): Súmula 283/STJ (ausência de exigência de taxa correspondente à solicitação pessoal); Súmula 83/STJ (procedência da ação de exibição de documentos ante a comprovação de pedido administrativo idôneo); Súmula 7/STJ; Súmula 282/STF e Súmula 356/STF.

Entretanto, a parte agravante não impugnou, de maneira consistente, a inaplicabilidade de qualquer fundamento de inadmissibilidade de seu recurso especial.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º e 1.026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

